



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 RP Nº 003/2024

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de bens móveis, equipamentos eletrônicos e médico hospitalares para instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H de Conselheiro Lafaiete e Setores da Secretaria Municipal de Saúde (Parte I), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnações interpostas por SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – ME, GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA, SMARTMED REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA e KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA, protocoladas na Plataforma BBMNET, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 031/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024, Registro de Preços nº 003/2024.

As impugnações são focalizadas em relação às especificações exigidas em relação aos itens licitados, na seguinte conformidade:

- a) SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – ME, especificações técnicas referentes aos itens 97 e 98, bem como (in)aplicabilidade da exigência de Certificação Selo INMETRO;
- b) GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, especificações técnicas referentes ao item 47, bem como prazo de entrega. Além disso, solicita esclarecimentos referente às especificações de assistência técnica;
- c) INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, especificações técnicas referentes aos itens 31 e 38;
- d) BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA, especificações técnicas referentes aos itens 18 e 19;
- e) SMARTMED REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, especificações técnicas referentes aos itens 32 e 55;
- f) KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA, especificações técnicas referentes aos itens 34, 53 e 54.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento das respectivas Impugnações, com a retificação das disposições editalícias impugnadas.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, *“As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link “editais e resultados” e posteriormente “impugnar”.*

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 22/05/2024, às 09:30h.

As impugnações em apreço foram protocolizadas até o terceiro dia útil anterior à sessão (dia 17/05/2024), impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo das Impugnações, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se das presentes Impugnações.

III. Do mérito das Impugnações

O julgamento das impugnações consiste em verificar se as condições estipuladas para a execução do objeto, mais precisamente quanto às especificações técnicas dos produtos licitados (item 19 do Edital), bem como em relação à previsão contida no item 3.2 do Anexo I – Termo de Referência do Edital, relativa ao prazo de entrega dos produtos cuja aquisição é pretendida, restringem indevidamente a participação de licitantes, frustrando ainda o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 9º, inciso I, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021.

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.

Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório ao Registro de Preços para aquisição de bens móveis, equipamentos eletrônicos e médico hospitalares para instalação da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H de Conselheiro Lafaiete e Setores da Secretaria Municipal de Saúde (Parte I), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

No que se refere aos questionamentos formulados em relação às especificações/certificações aplicáveis ao certame, registra-se que, conforme previsto no Edital, **as especificações técnicas correspondem a exigências de qualidade mínimas e/ou aproximadas, podendo ser ofertados produtos/componentes com tecnologia equivalente ou superior, de marcas similares às eventualmente citadas.**

Igualmente, **os selos e certificações deverão ser apresentados de acordo com o Caderno de Especificações, quando aplicáveis, ressalvada a possibilidade de apresentação de documento que comprove a dispensa da respectiva certificação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Destarte, descabe falar em restritividade ou direcionamento do objeto, haja vista a natureza mínima das especificações, e bem assim a possibilidade de apresentação de produtos/componentes com tecnologia equivalente ou superior, de marcas similares às eventualmente citadas.

No que se refere aos questionamentos formulados em relação ao prazo de entrega, dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

*"O prazo para entrega do material será de 05 (dias) dias úteis contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, **prorrogável em caso de comprovada necessidade**" (destacamos)*

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Saúde – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos equipamentos (5 dias úteis, **prorrogáveis** em caso de necessidade).

Por se tratar do fornecimento de itens comuns, não personalizados e comumente disponíveis em estoque, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para entrega das mercadorias, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação, e notadamente diante da possibilidade de prorrogação do aludido prazo, em caso de necessidade justificada à Administração. A propósito, **não consta da impugnação/esclarecimento nenhum cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração.**

Finalmente, esclarece-se que o serviço de assistência técnica não será considerado como subcontratação, desde que fornecido pela empresa fabricante ou rede credenciada.

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer as Impugnações interpostas por SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – ME, GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, INSTRAMED INDÚSTRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

MÉDICO HOSPITALAR LTDA, BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA, SMARTMED REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA e KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA para, no mérito, negar-lhes provimento.

- b) Dar ciência aos Impugnantes acerca do inteiro teor desta decisão, via Plataforma BBMNET, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de maio de 2024.


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro